

“Educação Financeira Transforma”? Uma análise do projeto de formação de professores da Associação Nova Escola e do Instituto XP

“Financial Education Transforms”? An Analysis of the Teacher Training Project by the Nova Escola Association and the XP Institute

Pâmella Souza
Bruno Gawryszewski
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro-Brasil

Resumo

O presente artigo analisa um curso de formação de professores, o projeto "Educação Financeira Transforma", uma parceria entre a Associação Nova Escola e o Instituto XP, a fim de discutir a educação financeira proposta no mesmo, questionando se de fato ela é capaz de produzir transformação. Para isso, o texto inicia com uma apresentação dos agentes responsáveis pelo projeto, evidenciando as estratégias de formação docente que eles possuem. Após isso, apresenta o projeto para então fazer uma análise detalhada da trilha financeira proposta na empreitada. Por fim, são feitas considerações sobre o projeto, identificando aspectos ideológicos da educação financeira.

Palavras-chave: Educação financeira; Ideologia; Formação de professores.

Abstract

This article analyzes a teacher training course, the project "Financial Education Transforms", a partnership between the Nova Escola Association and the XP Institute, in order to discuss the financial education proposed within it, questioning whether it is truly capable of producing transformation. To achieve this, the text begins with an introduction to the agents responsible for the project, highlighting their teacher training strategies. It then presents the project and proceeds with a detailed analysis of the financial pathway proposed in the initiative. Finally, considerations are made about the project, identifying ideological aspects of financial education.

Keywords: Financial education; Ideology; Teacher training.

Introdução

Com a expansão da financeirização da economia para todas as áreas da vida em sociedade a partir do século XXI, estratégias massivas de inclusão financeira da população (Febraban, 2017) foram desenvolvidas para garantir que cada vez mais pessoas participassem deste rearranjo, a fim de garantir o ciclo de reprodução do capital. Essa inserção forçosa de todos os estratos sociais nessa dinâmica provocou um crescente endividamento das famílias. Sobre a expansão dessas dívidas, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), feita pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostrou que, em 2023, 77,8% das famílias estavam endividadas e 29,5% inadimplentes (CNC, 2024). O cartão de crédito, conforme demonstrado na pesquisa acima, é uma das principais modalidades de contração de dívidas, sendo 87,2% das dívidas adquiridas por este meio. Neste cenário, a educação financeira despontou como um tema de destaque, sendo apresentada como possível solução para esse problema. Reportagens com manchetes contendo dizeres como “Educação financeira na infância: entenda qual a importância e como promover” (CNN, 2023) se multiplicaram nos últimos anos, relacionando diretamente a instrução financeira ao desenvolvimento individual de cada cidadão. Nesta esteira, discursos meritocráticos ganharam força, pregando que a prudência no trato com o dinheiro e a boa gestão das finanças - mesmo em ambientes estruturalmente desfavoráveis - é o caminho para a felicidade de cada cidadão, responsabilizando, deste modo, cada um pelo seu sucesso - ou insucesso.

Assim, a dívida passou a ser vista apenas como resultado de um descompasso entre os avanços dos instrumentos financeiros e a instrução dos cidadãos e, por este motivo, a educação financeira deveria ser difundida como ferramenta essencial para resolver este descompasso, capacitando os indivíduos a supostamente usufruírem das benesses do mundo financeirizado, como defende seus formuladores (Brasil, 2017). Deste modo, o Estado brasileiro elaborou um plano para implementar e difundir iniciativas sobre educação financeira em todo país, com ampla participação de instituições públicas e entidades privadas. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi estabelecida por meio do decreto nº 7.397 em 2010 (e atualizada a partir do decreto nº 10.393/2020), com o intuito de mobilizar ações que privilegiam a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país. Mais recentemente, com o advento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação

financeira também se tornou tema contemporâneo transversal da Base, devendo ser abordada de forma integrada durante toda a Educação Básica.

De acordo com os elaboradores da ENEF, a estratégia "combinada com as políticas sociais e econômicas adotadas desde a década de 90" ajudaria a prevenir os desequilíbrios - como a crise financeira de 2007-2008 - que ocorreram nas economias 'desenvolvidas', pavimentando, desta forma, "uma trajetória sustentada de desenvolvimento socioeconômico, redução das desigualdades e promoção da cidadania" (Brasil, 2017, p. 3-4). Por este motivo, seria tão relevante o desenvolvimento de projetos que, dentro e fora de espaços formais de ensino, buscam capacitar a população a gerir de uma forma mais eficiente suas finanças. Mas será que apenas com a educação financeira as pessoas podem ter suas vidas transformadas?

Para responder esta questão, este trabalho busca investigar concretamente um programa específico de educação financeira, o projeto "Educação Financeira Transforma", parceria entre o Instituto XP e a Associação Nova Escola, para verificar como o tema da educação financeira tem sido abordado e pensado para as salas de aulas, uma vez que se trata de um curso de formação para professores da educação básica. Consideramos que o programa tem relevância, pois é gratuito e se encontra na plataforma Nova Escola, bem conhecida no cenário da educação básica no Brasil. Assim, iniciaremos com a apresentação das duas instituições responsáveis pela elaboração e condução do projeto, identificando estratégias para a formação de professores no tempo presente. Após isso, faremos a apresentação e análise do projeto "Educação Financeira Transforma", tecendo considerações sobre o projeto ao longo da exposição, tentando evidenciar os aspectos ideológicos da educação financeira nesta empreitada. Por fim, teceremos nossas conclusões sobre a empreitada.

A Associação Nova Escola e o Instituto XP: estratégias para a formação docente

A Associação Nova Escola foi criada em 2015, com o apoio da Fundação Lemannⁱ, sua mantenedora. Ela é "herdeira" da revista impressa Nova Escola, criada em 1986 pela Fundação Victor Civita e publicada pela Editora Abril. Em um contexto de disputas de projetos políticos desde sua criaçãoⁱⁱ, refletiu os interesses da burguesia associada ao projeto neoliberal e atuou como difusora dessas concepções, buscando "consolidar o perfil de docente demandado pelo capital e delineado nas políticas públicas para a educação" (Pereira, 2019, p. 49). Sempre apresentada nestes materiais como uma autoridade no assunto da educação, a revista se

“Educação Financeira Transforma”? Uma análise do projeto de formação de professores da Associação Nova Escola e do Instituto XP

dedicou a persuadir os professores aos processos de mudanças em curso, garantindo que eles estivessem de acordo com as exigências das relações de trabalho contemporâneas pelos setores dominantes, sob uma perceptível estratégia de desqualificação do trabalho docente. Estas ações contribuíram para a "criação de consenso a respeito da necessidade de sua formação e profissionalização" (Pereira, 2019, p. 34) e fez parte da revista durante sua existência. Com o passar dos anos, a revista se transformou em associação, mas continuou atuando como um aparelho disseminador da ideologia do capital.

Atualmente, a Associação atua como uma plataforma digital denominada 'Nova Escola', que produz diversos materiais para professores voltados tanto para sua formação como para utilização em sala de aula. Segundo informação do seu sítio eletrônico, 64% dos professores brasileiros utilizam seus planos de aula e cerca de 3 milhões de pessoas acessam seus conteúdos por mês. Por conta destes números, o grupo afirma que conhece muito bem a relevância de seu público no contexto educacional do país e se autoproclamam a "marca mais reconhecida por professores da Educação Básica no Brasil"ⁱⁱⁱ. Com o enfoque na educação pública brasileira, alegam que buscam "fortalecer os educadores" para que os alunos possam desenvolver o "máximo do seu potencial". A partir destes trechos fica evidente como a formação de professores ainda é crucial para a instituição. O acesso a todo material é gratuito, mediante cadastro no site. A Associação possui ainda parceria com Google.org, Facebook, Fundação Itaú Social, Imaginable Futures, governo britânico, secretarias de educação, dentre outras organizações. Desta forma, trata-se de uma organização com capilaridade e que atua há bastante tempo no âmbito educacional com o enfoque na educação pública, especialmente na formação e gestão de professores.

A Fundação Lemann faz questão de afirmar que a Associação Nova Escola é uma organização sem viés político ou ideológico que acredita na educação, buscando mudá-la para melhor. Em um vídeo de divulgação, publicado no ano de 2022 no sítio eletrônico da associação, é propagado o seguinte: "Nova Escola: para quem acredita que, fortalecendo professoras e professores, podemos continuar transformando a educação pública brasileira. Nova escola: para quem acredita na educação". Tal discurso associa diretamente o slogan 'acreditar na educação' com acreditar na própria instituição. Esse slogan de "Acreditar na Educação" tem um apelo significativo em um contexto em que a escola pública se encontra tão atacada. Esse tom apelativo que invita os professores a acreditarem na educação parece

fazer parte da estratégia destes tipos de aparelhos privados de hegemonia que visam ditar os rumos da educação pública, como se boa parte das mudanças estruturais na educação dependesse da esperança dos professores, ou seja, da sua resiliência em continuar acreditando mesmo em uma conjuntura desfavorável.

O outro polo da parceria é o Instituto XP, o qual é uma iniciativa da XP Inc^{iv}. Seu objetivo é capacitar professores para trabalhar com o tema da educação financeira e ensinar pessoas em situação de vulnerabilidade a melhorar sua relação com o dinheiro. Lançado em março de 2021 pela empresa de serviços financeiros, o Instituto nasceu com a missão de “contribuir para uma mudança de mentalidade e comportamento em relação ao dinheiro” (Instituto XP, 2022, on-line), conforme explicou Marcella Coelho em 2022, na época em que era *head* (líder) de Impacto social da XP Inc e responsável pelo Instituto XP^v.

O Instituto foi criado, como dito pelo próprio grupo, para mudar uma cultura enraizada no Brasil, na qual “as pessoas são analfabetas financeiras”. Por isso, o propósito da iniciativa é colocar em prática projetos de educação financeira que possibilitem que as pessoas entendam “a influência das finanças na própria vida” e aprendam, dessa forma, “a tomar conta de seu dinheiro e, conseqüentemente, de si mesmo e de seu futuro”. A ideia, em frase síntese, é “empoderar para que as pessoas escolham a vida que querem” (Instituto XP, s/d, on-line). O Instituto XP foi centrado em um discurso sob a meta de alcançar uma proposta ambiciosa de educar financeiramente 50 milhões de pessoas em 10 anos, com enfoque na educação básica - através da capacitação de professores - e em pessoas em situação de vulnerabilidade social - através da criação de atendimento presencial em 70 polos educacionais. Através de diversas parcerias, o Instituto oferece cursos gratuitos para auxiliar as pessoas a supostamente terem uma relação saudável com o dinheiro.

É possível notar que o Instituto XP busca materializar projetos de educação financeira em todo o país, pois, conforme é argumentado no vídeo de divulgação do seu site oficial, “só um país financeiramente educado tem chances reais de prosperar”. Ademais, o grupo destaca que a empreitada “não é apenas sobre economizar ou investir”, mas sobre “criar condições para que cada um possa decidir melhor o que fazer com seu dinheiro”. Pelas afirmações evidenciadas, percebemos como o discurso ideológico de que a educação financeira é capaz de transformar cada indivíduo e, por conseqüência, a sociedade está presente na concepção do Instituto XP. Além disso, constrói-se a noção de que a classe trabalhadora, nas condições

“Educação Financeira Transforma”? Uma análise do projeto de formação de professores da Associação Nova Escola e do Instituto XP

atuais de precarização do trabalho e financeirização das políticas sociais, pode decidir o que fazer com seu dinheiro, como se poupar ou não fosse mera questão de escolha.

O Instituto XP atua como um organismo que busca consolidar um consenso em torno do papel da educação financeira na resolução de problemas sociais, a qual, teoricamente, tem a possibilidade de trazer melhorias aos indivíduos e à sociedade como um todo. Assim como a Associação Nova Escola, busca atuar na formação de professores, a fim de garantir que o tema da educação financeira seja difundido nas escolas de todo país. Por esse motivo, desenvolveram conjuntamente o Projeto “Educação Financeira Transforma”.

Projeto “Educação Financeira Transforma” - uma análise

Para analisar o Projeto “Educação Financeira Transforma”, optamos por investigar o conteúdo presente no curso de formação proposto para os professores e nos planos de aulas disponibilizados. Nossa intenção é compreender como a educação financeira é abordada nesses materiais, identificando a sua relação com a formação de uma subjetividade conformada à financeirização da economia capitalista. Além disso, buscamos identificar como a formação de professores é abordada neste curso, destacando qual o papel que estes sujeitos devem assumir nesse projeto de disseminação da educação financeira como panaceia para os problemas culturais da sociedade brasileira ao lidar com dinheiro. A partir da identificação dos principais temas, palavras-chave, frases e fragmentos de frases que foram mais acionados nesse programa, buscamos agrupá-los em torno de questões importantes que estão intimamente relacionadas com a educação financeira, como a formação de uma subjetividade neoliberal e a financeirização das políticas sociais.

O Projeto “Educação Financeira Transforma”, tem o objetivo de levar a educação financeira para a rede pública de ensino através da capacitação de professores. Todo material referente ao projeto é gratuito e está disponível na plataforma Nova Escola, em um *link* próprio^{vi}. Nesta página específica, encontra-se uma trilha formativa contendo cursos de formação para professores, reportagens, matérias jornalísticas e 59 planos de aula que versam sobre a Educação Financeira.

O lançamento do projeto ocorreu em outubro de 2021 através de transmissões ao vivo disponibilizadas no *site*, na página no Facebook e canal do YouTube da Nova Escola. Foram três dias de *lives* com a participação dos professores responsáveis^{vii} pela execução do projeto e pela elaboração de boa parte dos materiais ofertados. Posteriormente esses vídeos foram

organizados para ser o material de exposição e consulta dos cursos oferecidos através da “Trilha Educação Financeira”. Essa trilha é o principal instrumento do Projeto e destina-se à capacitação de professores que atuam no ensino fundamental, sendo composta por três cursos (Da origem do dinheiro ao orçamento familiar; Como trabalhar o consumo consciente e os impactos na sociedade; Como aprender a se planejar), os quais possuem carga horária de 10 horas cada, totalizando 30 horas de formação. O tempo máximo disponibilizado pela plataforma para a conclusão da trilha são 120 dias e há emissão de certificado para cada um dos cursos concluídos pelos inscritos. Embora seja recomendado, não há obrigatoriedade de fazer a trilha completa; no entanto, é indicada uma ordem ideal para fazer os cursos oferecidos. Cada um deles versa sobre um grande tema (dinheiro, consumo e planejamento financeiro) e todo conteúdo apresentado está em diálogo com a BNCC e suas competências. Por este motivo, a educação financeira é tratada como um tema transversal, abordada sempre em diferentes componentes curriculares.

Como esta trilha é o que define o projeto, dedicamo-nos à sua análise de maneira mais minuciosa^{viii} para compreender melhor como a educação financeira é abordada em cada curso, qual é a formação docente proposta e o que se projeta para os estudantes. Faremos essa investigação a partir da ordem sugerida pelos seus elaboradores, tecendo considerações que nos possibilitaram vislumbrar como a ideologia da educação financeira permeia esse material e contribui para uma formação subordinada à racionalidade neoliberal e à financeirização.

Curso 1 - Educação Financeira: Da origem do dinheiro ao orçamento familiar

O primeiro curso da trilha discute a relevância da educação financeira e sua abordagem nas escolas. Em uma das sugestões de leitura complementar que defende a necessidade de uma abordagem interdisciplinar sobre a educação financeira (Anunciato, 2018, on-line), Cláudia Forte, à época era superintendente-executiva da AEF-Brasil, afirmou que "aprender a lidar com o dinheiro faz parte da formação cidadã". Como os pais de sua geração “tinham vergonha” de dizer que não tinham dinheiro, o único caminho que enxergavam era o endividamento. Por isso, argumenta que o ensino de educação financeira permite caminhos distintos para esses jovens, pois eles podem "desenvolver a capacidade de planejar sua vida, sua família, e tomar boas decisões financeiras". Já no início, a questão do endividamento da classe trabalhadora aparece como mera consequência de uma inabilidade ao lidar com o tema, fazendo crer que uma instrução acerca das finanças e planejamento seja a solução para

este problema social. Porém, ainda que o planejamento possa auxiliar a minorar certas dívidas, no contexto atual, os ganhos da classe trabalhadora não são suficientes para repor seu fundo de vida em um país dependente e, por este motivo, o crédito - e a dívida - se torna um imperativo. Desconsiderar este contexto pode levar o estudante a culpabilizar seus responsáveis por não saberem lidar com o dinheiro e estarem endividados.

Nessa trilha do gerenciamento, é questionado em uma outra matéria que se julga inspiradora se os professores sabem ensinar seus alunos a gerirem seu próprio dinheiro, pois defendem que “adolescentes têm um forte poder de persuasão perante os pais”, e por isso, se receberem uma formação adequada, engajando-se na causa da educação financeira, “há esperança de que também favoreçam mudanças relevantes no comportamento financeiro dos adultos” (Nova Escola, 2015, on-line). Para que isso seja possível, alega-se que os próprios educadores precisariam passar primeiro por um processo de aprendizagem que os capacitem a abordar o tema, tanto que inseriram relatos de professores que passaram por uma formação deste tipo. A partir destes 'exemplos', reforçam de que trabalhar o tema nas escolas é extremamente relevante, justamente por ser um catalisador de transformação social, impactando primeiro a vida dos próprios professores, que através da capacitação, aprendem a ser cidadãos financeiramente melhores; segundo, a vida dos familiares, que podem repensar seus hábitos através da troca com os estudantes; para, por fim, mudar todo o entorno social. Deste modo, a educação financeira aparece como a solução capaz de resolver problemas financeiros estruturais que, contraditoriamente, fazem parte do próprio mecanismo de funcionamento do capitalismo contemporâneo, corroborando com o mito da educação como principal agente de transformação da sociedade (Brandão, 1981).

Ao debaterem o conteúdo específico do curso 1, 'dinheiro', o fazem a partir de uma história factual, sem problematizar e aprofundar qualquer questão. Abordam a chegada dos portugueses ao Brasil alegando que eles “começaram assinar acordos com os indígenas em uma relação harmoniosa”. Segundo a professora responsável por esta parte - formada em história -, os indígenas trocavam seu 'trabalho' por espelhos e outros produtos porque tinham interesse nos mesmos. “Por que o indígena trocava uma panela de metal por cortar pau-brasil que era muito trabalhoso? Porque agora ele teria uma panela de metal. Antes, ele usava uma de barro e sempre que cozinhava, a panela quebrava e ele precisava fazer outra”, disse a professora na gravação. Através dessa abordagem rasa, que não contextualiza as relações de

troca em uma sociedade que construía suas relações fora do capital, é também desconsiderada toda violência e assimetria da colonização. As “trocas” entre portugueses e indígenas são narradas como uma questão de escolha, como se os indígenas pudessem optar pelo não trabalho, como se a coerção estivesse ausente deste tipo de sociabilidade. De modo similar, performar bem ou mal no mercado financeiro, segundo os ideólogos do capital, não coloca em questão os variados tipos de violência - econômica ou extraeconômica - que influenciam estas escolhas.

Sem qualquer discussão mais vertical, o objetivo principal do curso parece ser apenas apresentar um plano de aula para cada etapa do ensino fundamental, instruindo os professores a adotá-los, não se tratando de uma formação de fato, mas de uma instrução para operar determinado conteúdo previamente elaborado, cabendo ao professor apenas replicá-lo. Tal premissa não surpreende, pois está de acordo com a atuação que a Nova Escola tem desenvolvido junto aos professores. As discussões propostas nos planos nunca são aprofundadas e há a opção de trabalharem apenas com noções do senso comum^{ix}.

Esses aspectos se tornam mais evidentes quando o professor de matemática, Fernando Barnabé, fala sobre os diferentes valores do dinheiro. Ao abordar essas questões, alerta que uma "queda na economia deixa a moeda desestabilizada", afirmando que, neste percurso, "a visão do mercado internacional importa", uma vez que a reputação de um país depende deste quesito. Desta feita, naturaliza o papel das agências de classificação de risco que, de acordo com as métricas do Banco Mundial e FMI e sob a cartilha da austeridade fiscal, ranqueiam os países e os classificam como bom ou mau lugar para se investir. O fato deste 'selo' de bom pagador dado por essas agências se tornar uma imposição para diversos Estados não é discutido. Nem mesmo os esforços que os Estados fazem para seguir essa 'agenda' austera que privilegia o mercado financeiro, o que se evidencia com o montante destinado para pagamento da dívida e com a aprovação de reformas que comprimem e retiram direitos da classe trabalhadora, ainda que isso signifique um alto custo às suas vidas.

Na continuidade do curso, busca-se relacionar a renda e os gastos familiares. Como leitura sugerida, há a disponibilização de um plano de aula sobre orçamento familiar (Professor, 2017) para auxiliar na reflexão dos alunos com o tema dinheiro. No entanto, na 3ª etapa da atividade proposta, citam exemplos não factíveis, como supor um gasto de R\$350 de aluguel para uma família de quatro pessoas. Um pequeno exercício nos permite questionar esse valor. De acordo com o índice FipeZap^x, a partir de uma pesquisa de abrangência nacional

feita com 25 cidades, Pelotas (RS) foi a que apresentou o menor valor de aluguel, R\$17,59 por m². Considerando este valor de referência, um aluguel de R\$350, como o do exemplo, representaria um apartamento de aproximadamente 20 m². Como uma família de quatro pessoas vive com dignidade num espaço como esse? Ainda que o Brasil seja um país muito amplo e provavelmente existem cidades com aluguéis mais baratos, os exemplos parecem ser muito convenientes, a fim de tornar fácil a ideia de gastar menos do que se ganha. Através desses valores e planilhas, a dívida é tratada como uma questão de má gestão e a responsabilização individual das famílias é consolidada.

Mesmo a partir desses exemplos irrealistas, um dos professores reconhece que para boa parte da população aprender sobre educação financeira significa pensar em como ter uma dívida menor, e não em como conseguir separar parte do dinheiro, pois este segundo seria um cenário menos realístico. Sua fala traduz a preocupação com a inadimplência, chegando a argumentar que é preciso planejamento para reduzir uma dívida que perdura, organizando o orçamento em torno dela. Sabendo dos dados alarmantes de endividamento que inclui diversos professores, os organizadores do curso abordam tais aspectos de forma que consigam engajar primeiro os educadores nessa causa. Assim como os governos devem priorizar o pagamento da dívida, prega-se que os trabalhadores também. Como em toda ideologia, dialoga-se com a materialidade.

Curso 2 - Educação Financeira: Como trabalhar o consumo consciente e os impactos na sociedade

No que tange à temática específica do curso 2, em uma das primeiras etapas, temos uma notícia sugerida como leitura complementar que já deixa evidente como o tópico consumo consciente será abordado. Através de soluções extremamente individualizadas, conta-se a história de um rapaz de 23 anos que escolheu ir morar numa ecovila em São Paulo, para poder frear seu impacto sobre o meio-ambiente. Também são citados exemplos de atitudes que contribuem para uma melhora na forma de consumir, como "adquirir apenas móveis de madeira certificada ou recusar carne de rebanhos criados em áreas de floresta desmatada" (Fernandes; Albert, 2010). Essas práticas, intangíveis para a maioria da população, são apresentadas como fórmulas a serem valorizadas. No entanto, como o consumo é parte essencial do metabolismo capitalista, a matéria é encerrada chamando a atenção dos professores para erros que podem ocorrer ao ensinar este assunto. Um deles

seria justamente em "demonizar" o consumo de qualquer natureza. O correto, explicam, é incentivar a "reflexão sobre os exageros do consumo", mostrando que é "praticamente impossível deixar de consumir" (Fernandes; Albert, 2010).

De acordo com os professores, o trabalho com este tema deve conscientizar os estudantes sobre como o seu consumo impacta de forma relevante a sociedade e a natureza. De todos os cursos, este certamente é o que mais ressalta a responsabilização individual e o gerenciamento de si. O objetivo é fazer os estudantes refletirem sobre os próprios comportamentos a fim de que tenham uma autoleitura sobre seu consumo e, assim, monitorem continuamente suas ações. "Como meu consumo impacta neste tipo de situação que vivemos?", é um dos questionamentos que, segundo o curso, deve ser gerado pelos professores nos estudantes. Logo após isso, consequências drásticas e coletivas, como a extinção de animais e plantas, são relacionadas com o que escolhemos consumir no âmbito individual. No entanto, em momento algum se discute o consumo do agronegócio e das grandes indústrias e como seu impacto é muito mais significativo socialmente. Não se estimula a cobrança por ações mais sustentáveis de governos e capitalistas, mas se cobra do estudante um julgamento contínuo sobre suas ações e de seus colegas.

Ao longo do curso, o par necessidade-vontade é abordado diversas vezes como um mecanismo imprescindível para que o estudante compreenda o que realmente precisa, pois dessa maneira não gastará mais do que recebe. Tal questão é tratada de uma forma elitista e excludente, fazendo parecer que à classe trabalhadora, basta consumir o que é necessário a nível mais imediato. Afirma-se que não se deve "meter os pés pelas mãos" gastando mais do que se ganha e que, por isso, o foco deve ser em consumir o que se tem condições de conseguir pagar. Estimulam os jovens a sempre refletirem sobre o que querem e o que de fato precisam, imbuindo de moralismo os seus gastos. Como enxergam o problema do consumo "exagerado" pela ótica do descontrole, não reconhecem que as famílias se endividam, muitas vezes, para ter o básico, aquilo que é essencial. Por trabalharem com exemplos irreais, não questionam os pressupostos que levam as famílias a "escolherem" o crédito, tratando tal situação como simples caso de despreparo e falta de planejamento. Além disso, os filhos da classe trabalhadora parecem não ter o direito de consumir lazer, uma "comida diferente" e outros itens que a professora responsável por esta parte da apresentação parece julgar como no campo do 'querer' e, portanto, como algo supérfluo.

“Educação Financeira Transforma”? Uma análise do projeto de formação de professores da Associação Nova Escola e do Instituto XP

Em outro plano de aula, que indaga a "necessidade do consumismo", é proposta uma leitura de imagens com a turma, disponibilizando uma explicação para cada uma delas. Nesta atividade, uma das fotos utilizadas é de uma mulher cheia de sacolas e de um homem saltando com suas compras para contextualizar o tema do consumismo. Na parte da leitura sobre a foto da mulher com as bolsas é afirmado que "na sociedade moderna a mulher é considerada um símbolo do consumo exagerado, porque as mulheres têm muitos sapatos, coleções de acessórios e maquiagens. E a imagem reflete mais uma vez a alegria em estar comprando". Por sua vez, na imagem do homem, não fazem qualquer menção ao gênero, e só alegam que "o ato de consumir hoje constitui mais do que uma necessidade, mas também uma realização emocional, muitas pessoas conseguem aliar a sua felicidade ao seu poder de compra". Deste modo, reforçam estereótipos de gênero, sugerindo imagens preconceituosas que relegam a mulher ao papel de uma consumidora descontrolada.

Diversas vezes os problemas estruturais são naturalizados e individualizados nas falas dos professores. Tanto que nas exposições, tudo acaba se resumindo a uma mudança de hábitos. Sobre essa mudança, ponderam que ela envolve muitas questões culturais. Como exemplo de uma “transformação cultural”, a população que se encontra em situação de rua, é abordado que, para lidar com essa "questão social", sugerem o assistencialismo como caminho, nunca o direito social: "Por que não doar?" Não vislumbram a possibilidade de discutir com os estudantes as questões econômicas que podem ter levado pessoas a viverem nessas condições, nem políticas públicas que possam melhorar essa situação; apenas deslocam para eles a responsabilidade de doar. Neste sentido, torna-se evidente como as questões tidas como sociais não podem tensionar as econômicas. O econômico é blindado de qualquer crítica e nenhum dos problemas sociais e ambientais parecem ter relação entre si. Tudo ensinado no curso perpassa por ações individuais e, quando funcional aos seus propósitos, por decisões exclusivamente políticas.

Afirma-se que durante as aulas propostas, o professor deve atuar como um mediador, controlando para que o assunto não fuja do objetivo e também reforçam que "a turma precisa se sentir à frente das propostas". Esse aspecto é interessante, pois, o protagonismo defendido no curso parece se tratar de uma questão de aparência, pois continuamente falam sobre o papel que o professor tem no controle do tema. E isso já é esperado, pois, como argumentam Krawczyk e Oliveira (2021, on-line)

[...] protagonismo juvenil caracteriza-se como uma estratégia pela qual o capital busca 'submeter ativamente' os jovens à sua racionalidade, ou seja, por meio de discursos e estratégias manipuladoras, busca fazer com que os jovens acreditem que são os autores de sua própria dominação.

A parte de conteúdo do curso é encerrada com a constatação de que “importa falar de consumo”, pois ele é o elo entre o dinheiro e o planejamento. Ademais, afirma-se que precisamos “cuidar do planeta” e que isso depende muito da forma que consumimos. Alegam que os jovens precisam ser preparados para um "futuro muito incerto", reafirmando que a incerteza faz parte do horizonte e que por isso saber lidar com o imprevisto, ser adaptável é tão importante. A partir dessas considerações, colaboram para uma formação pautada nos preceitos neoliberais, em que um mercado de trabalho cada vez mais inseguro, no qual o emprego formal é cada vez mais raro, é entendido como natural. Como não podemos mudá-lo, devemos nos preparar da melhor forma para lidar com ele.

Curso 3 - Educação Financeira: Como aprender a se planejar

No último curso afirma-se que o planejamento deve estar “ligado com tudo que é desenvolvido na escola”. O planejamento financeiro, seria, portanto, o elo que amarra tudo que fora discutido até então, sendo a ferramenta capaz de transformar a situação que cada estudante se encontra. Após iniciarem com sugestões individualizadas para eliminar os gastos desnecessários e reduzir os excessivos, falam da importância de saber qual é a renda da casa, porque assim se planeja melhor. Alegam que falar sobre isso é um tabu, especialmente num país desigual como o nosso. Contudo, tratam como tabu aquilo que os próprios setores dominantes não querem enfrentar. É um problema falar sobre essa temática porque temos salários baixos, empregos precarizados, na sua maioria informais, sem qualquer seguridade social. Questionar sobre a renda coloca a lente de análise sobre uma realidade que vai de encontro ao que foi defendido durante toda a trilha, uma vez que não se trata de um simples problema de planejamento. Os exemplos utilizados e as situações propostas dialogam apenas com uma parte da população e não incluem uma parcela significativa que, já de largada, não recebe o suficiente para chegar no final do mês, mesmo que se planeje. Porém, como a ideologia da educação financeira não permite análises coletivas, ela reduz todas as discussões para o âmbito pessoal, mistificando o funcionamento da economia, fazendo crer que ela depende diretamente dessas ações individualizadas (Saraiva, 2017).

Outro tópico abordado no curso é a escolha profissional, posto que ela "precisa de uma organização financeira para ser viabilizada, pois impacta o orçamento". Ao apresentar os pontos que devem ser considerados nessa decisão, a professora Aline afirma que todos "possuem vocação e devem gostar do que vão fazer", mas ressalta que também deve se levar em conta a viabilidade disso. Para 'auxiliar' neste processo, sugere alguns questionamentos, como “Será que estou preparado para fazer o ENEM, especialmente alunos da escola pública que se sentem inseguros?” e “Será que ele precisa definir isso no último ano ou pode definir pouco a pouco?”. Por que somente os alunos da escola pública se sentem inseguros? Ao destrinchar este aspecto e propor a segunda questão, a professora começa a levantar a possibilidade desse aluno não precisar prestar o vestibular. Ela alega que "vivemos em um país desigual com uma educação desigual" e, por isso, na escola pública o professor deve atuar "como um mentor, sentando, conversando e ajudando a planejar".

Apesar de afirmar que "todos têm condição de ter uma carreira", reforça, algumas vezes, que este estudante da escola pública não precisa decidir no último ano, podendo pensar nisso posteriormente. Se já é difícil para este estudante tentar o ingresso na universidade no último ano do ensino médio, quando ainda está tendo aulas regulares, mais desafiador é em um momento posterior a este ciclo escolar. A maior intensidade de rotina de trabalho e outras obrigações - muitas vezes já iniciadas durante o próprio período escolar, especialmente para aqueles que mais cedo precisam auxiliar no rendimento domiciliar - o afasta cada vez mais do ensino superior, na mesma medida em que o fazem adentrar, muitas vezes de forma extremamente precária, no mercado de trabalho.

Na sequência, ao abordar uma formação específica, afirma que isso nem sempre é necessário, reforçando, novamente, que o acesso ao ensino superior não deve ser prioridade nas escolas públicas e nem as universidades públicas são abordadas como uma possibilidade. Logo depois, indagam sobre a formalidade ou informalidade da carreira escolhida, sem nunca problematizar o trabalho informal e a ausência de direitos. O que é proposto é se planejar melhor para ter relativa estabilidade em um emprego essencialmente instável.

Imediatamente após esses questionamentos, é proposto um plano de aula para os anos finais do ensino fundamental que lida com o planejamento profissional já nesta etapa. Afinal, "é desde pequeno que a gente aprende", afirmam. A contradição entre o alegado anteriormente, quando foi ponderado que o estudante das escolas públicas não precisa

decidir isso no último ano do ensino médio, podendo ter mais tempo para fazê-lo, fica explícita ao proporem um planejamento que deve ser iniciado ainda no ensino fundamental. Contudo, essa aparente incoerência aponta para uma solução característica do neoliberalismo - o empreendedorismo -, uma vez que no plano de aula a sugestão de planejamento profissional é a abertura do próprio negócio. O papel da valorização do “empreendedorismo” na atual dinâmica de precarização laboral não pode ser negligenciado por quem deseja compreender o mundo do trabalho no país (Abílio, 2019). Desta forma, o que parecia inicialmente uma contradição se transforma numa complementação: é ensinado aos estudantes que empreender é um bom planejamento profissional e, portanto, no último ano da escolaridade básica não devem se preocupar tanto com o vestibular. Ou seja, evidencia-se, portanto, que o que eles podem postergar é o acesso ao ensino superior e não a entrada no mundo do trabalho.

Na continuidade do curso, o professor Fernando, ao abordar a relevância de prospectar e planejar para o futuro, afirma que “tivemos algumas mudanças sociais e políticas, inclusive, com relação à aposentadoria”, o que o leva a questionar: “como vou planejar minha velhice?” Ele argumenta que isso é uma análise bem complexa, mas que “se a gente começa a pensar nisso desde muito cedo, a gente começa a pensar em outras possibilidades”. Bem coordenado com a financeirização das políticas sociais, não se questiona o percurso metabólico do capital. Percebemos como a previdência privada, apontada como carro-chefe desse processo de financeirização por Brettas (2017), é um tema de muito interesse nos elaboradores do curso. As chamadas ‘mudanças sociais e políticas’ relacionadas à aposentadoria são aceitas passivamente e, por isso, afirma-se que para ter uma velhice segura é preciso se planejar. Mas como isso deve ser feito? O professor argumenta que é preciso “compreender conceitos de investimentos e poupança e comparar a rentabilidade de produtos financeiros é importante”. Em um cenário no qual o trabalhador se encontra desprotegido socialmente, o curso apresenta como solução se informar melhor sobre o mercado financeiro para que ‘boas’ escolhas possam ser feitas. Como ressaltam Dardot e Laval (2016), cabe ao futuro aposentado compreender e escolher a forma de poupança privada mais rentável, não se tratando mais de uma função do Estado assegurar tal direito.

Após isso, é abordado o planejamento na escola. Afirma-se que ao notar que a escola precisa de algo, seja uma melhoria ou equipamento, cabe aos professores e estudantes pensarem em formas de arrecadação para viabilizar essas necessidades. A direção da escola

“Educação Financeira Transforma”? Uma análise do projeto de formação de professores da Associação Nova Escola e do Instituto XP

e o poder público não são considerados como caminhos para obter tais recursos, de forma que os estudantes é que devem se responsabilizar pelas reduções de custos, propondo soluções criativas. Como exemplo, citam a análise de uma possível aula de campo para pensar sua viabilidade. Questionamentos como "Quanto custa essa aula? O ônibus vai ser disponibilizado? E o lanche?" são respondidos com outra pergunta: "E se eles mesmo pensarem em como angariar dinheiro para tudo isso?" Assim, a execução de projetos pedagógicos importantes para a formação dos estudantes é condicionada a disponibilidade dos discentes e docentes conseguirem os fundos necessários para isso, devendo ser 'criativos' nesse processo.

No bojo dessas sugestões, convidam os professores a contornarem os 'empecilhos' que podem surgir, tais como “se não tem acesso à internet, basta desenhar as planilhas no quadro.”. Todas essas soluções são dadas ao mesmo tempo em que afirmam que é "preciso trabalhar com o pé no chão na nossa escola, entendendo a realidade dos nossos alunos". Segundo defendido no curso, cabe ao professor buscar boas alternativas. Tal discurso reforça a separação entre aqueles professores que se organizam coletivamente e buscam reivindicar melhorias estruturais para a educação daqueles que acabam por tomar soluções individuais - muitas vezes gastando seus próprios recursos - para contornar as dificuldades encontradas e viabilizar seu planejamento pedagógico. Não é nossa intenção julgar tais ações, mas elucidar como a forma que o planejamento financeiro escolar é discutido no curso torna questões complexas como uma falsa distinção entre os professores, valorizando aqueles que, em teoria, “vestem a camisa” e fazem as coisas acontecerem.

Ao término do último curso, buscam validar o projeto que foi feito, reforçando que só atuam com professores que estão nas salas de aula e que levam em consideração a realidade das escolas. Contudo, é perceptível que o conteúdo e o sentido do curso estão alinhados com as intenções de uma parcela do empresariado ligado ao setor financeiro. Desta feita, o curso é finalizado com a afirmação de que "precisamos dar valor à educação financeira", pois ela "tem um papel de transformação na vida das pessoas”.

Educação financeira transforma? Considerações finais sobre o Projeto analisado

A trilha financeira do projeto “Educação Financeira Transforma”, como buscamos mostrar ao longo da análise de cada curso, reforça aspectos ideológicos da educação financeira, apresentando-a como a solução para os problemas financeiros da população.

Através de sugestões focadas em ações individuais, consolida-se a ideia de que o contexto social não é passível de mudança, e que, por isso, é mandatário àqueles que querem ter um futuro mais seguro - em um mundo cada vez mais inseguro -, que se empenhem em se planejar adequadamente, aprendendo a lidar com os imprevistos e com suas finanças. É traçada uma relação direta entre instrução financeira e desenvolvimento pessoal, de forma que fatores sociais importantes são desconsiderados.

No geral, os cursos procuram fazer crer que cabe a cada estudante optar por agir de forma diferente para que possa ter um futuro melhor para si e sua família, desresponsabilizando a ação do Estado e dos capitalistas, ao mesmo tempo que se desloca para o indivíduo a responsabilização pelo que tem ou deixa de ter - seja um celular ou um direito social. A ideia central defendida pelos criadores é que se deve organizar e planejar com o que se tem, sem discutir o porquê de alguns terem tão menos que outros. Tal abordagem está de acordo com a máxima neoliberal de que cabe a cada cidadão saber se reinventar de forma que não importa o que acontece consigo, mas como reage a tais acontecimentos. Deste modo, imputam mais uma sobrecarga ao professor que tem que assumir a responsabilidade de instruir financeiramente os estudantes. E estes, por sua vez, devem ser agentes multiplicadores em suas famílias e comunidades.

Como a noção de que tudo público é ineficiente foi consolidada no senso comum pelo empresariado, instituições como Nova Escola e Instituto XP são vistas como entidades técnicas e capazes de solucionar os problemas presentes na economia e na educação brasileira. A atuação desses agentes busca 'capacitar' os professores para que estes formem a mão de obra que seja compatível com as demandas decorrentes das mudanças ocorridas no processo produtivo, dotando-os de competências que os tornem "empregáveis", ao mesmo tempo que formem a si mesmo segundo o paradigma da "flexibilidade" (Pereira, 2019). Desta forma, assumiram a capacitação dos professores neste projeto para tratar de uma temática que, supostamente, gera mais autonomia para o cidadão, mas que fomenta a bancarização dos indivíduos, com a aquisição de novos produtos financeiros, desde que de forma "consciente". Afinal, com o risco latente da inadimplência, orientar a classe trabalhadora financeiramente tornou-se um imperativo, e por isso a empreitada parece ter como um dos objetivos conter esse problema social, que é um risco para o próprio capital (Ribeiro; Lara, 2016).

“Educação Financeira Transforma”? Uma análise do projeto de formação de professores da Associação Nova Escola e do Instituto XP

Em síntese, prega-se a prudência com as finanças desde que o consumo de produtos financeiros continue. A dívida pode - e deve - ser adquirida, mas importa que sua gestão seja feita de acordo com os parâmetros do mercado financeiro, priorizando o pagamento dos juros e garantindo o lucro dos bancos e demais instituições financeiras. O enfoque nas escolas públicas também não é ao acaso e está em consonância com a expansão do empresariado para essa área, posto que, além de se tratar de um negócio amplamente rentável, permite a conformação de sua concepção de mundo no espaço escolar que possui a maioria das matrículas e historicamente forma os filhos da classe trabalhadora. Portanto, garante a difusão dessa ideologia do capital de forma mais contundente.

A educação financeira transforma? É inegável que na atual conjuntura, em que estamos a todo momento imersos em transações financeiras, informar a classe trabalhadora sobre mecanismos financeiros é importante; no entanto, a educação financeira proposta nessa trilha tende a seguir a tônica neoliberal de responsabilização individual e de capacidade de resiliência, como se as estruturas sociais não fossem passíveis de mudança e as soluções não pudessem ser construídas de maneira coletiva, não sendo possível contar com os pares nem com mecanismos públicos sociais, mas apenas com sua performance. Assim, ao contrário de transformar, a educação financeira proposta conforma. Na verdade, ela atua a fim de garantir uma adaptação psicofísica de cada indivíduo para que todos - professores, estudantes e famílias - estejam de acordo com a cadência do mercado financeiro, sempre subordinados a ele.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n.3, 2019.
- ANUNCIATO, Pedro. BNCC inclui educação financeira em Matemática. **Nova Escola**, Jornalismo, publicado em 6 mar. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/9798/bncc-inclui-educacao-financeira-em-matematica>. Acesso em: 7 fev. 2025.
- BRANDÃO, Carlos. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **ENEF** – Plano Diretor. 2017. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, vol. 17, n.34, p. 53–76, 2017.

CNN. Educação financeira na infância: entenda qual a importância e como promover. **CNN**, publicada em 13 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/educacao-financeira-na-infancia-entenda-qual-a-importancia-e-como-promover/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **Balanco do endividamento e da inadimplência do consumidor brasileiro em 2023**. Pesquisas CNC. Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), 2024. Disponível em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2024/01/Relatorio-Peic-anual-.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2017**. 2017. Disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202017_final.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

FERNANDES, Rogério; ALBERT, André. Como mudar hábitos de consumo para produzir menos lixo. **Nova Escola**, Jornalismo, publicado em 1 ago. 2010. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1180/como-mudar-habitos-de-consumo-para-produzir-menos-lixo>. Acesso em: 7 fev. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Cátia. Hegemonia, senso comum e ideologia: contribuições do marxismo para o debate sobre desinformação e ‘pós-verdade’. **Revista Eptic**. v. 25, n. 2, maio-ago. 2023.

INSTITUTO XP. No Instituto XP, educação financeira para 50 milhões de pessoas. **Reset**, publicado em 21 jun. 2022. Disponível em: <https://capitalreset.uol.com.br/conteudo-patrocinado/no-instituto-xp-educacao-financeira-para-50-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

INSTITUTO XP. Site oficial. **Instituto XP**. Disponível em: <https://www.xpeducacao.com.br/instituto-xp>. Acesso em: 7 fev. 2025.

KRAWCZYK, Nora; OLIVEIRA, Tatiana. “Quando a escola ensina a submissão financeira”. **Outras Palavras**. Online. 25 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/quando-a-escola-ensina-a-submissao-financeira/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

LOPES, Izabela Pereira. Plano de aula sociedade e consumo: da necessidade ao consumismo. **Nova Escola**, sem data. disponível em: <https://novaescola.org.br/planos-de-aula/fundamental/5ano/historia/sociedade-e-consumo-da-necessidade-ao-consumismo/5710>. Acesso em: 7 fev. 2025.

“Educação Financeira Transforma”? Uma análise do projeto de formação de professores da Associação Nova Escola e do Instituto XP

NOVA ESCOLA. Educação financeira desde cedo. **Nova Escola**, Jornalismo, publicado em 7 out. 2015. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7911/educacao-financeira-desde-cedo>. Acesso em: 7 fev. 2025.

PEREIRA, Jennifer. **Nova Escola e padrão BNCC de docência**: a formação do professor gerenciado. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

PROFESSOR. Orçamento familiar. **Nova Escola**, Jornalismo, publicado em 2 set. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/6706/orcamento-familiar>. Acesso em: 7 fev. 2025.

RIBEIRO, Rodrigo; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016.

SARAIVA, Karla. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, PR, n. 66, p. 157-173, out./dez, 2017.

Notas

ⁱ Organização do bilionário João Paulo Lemann, criada em 2002, que se apresenta como uma "organização de filantropia familiar". Atua na área da educação e na formação de 'lideranças' a partir para "construir um Brasil mais justo e avançado", de acordo com a própria instituição. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>.

ⁱⁱ O que fica explícito na missão da revista Nova Escola, declarada no editorial da primeira edição: "Fornecer à professora (sic) informações necessárias a um melhor desempenho de seu trabalho; valorizá-la; resgatar seu prestígio e liderança junto à comunidade; integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica no país; e propiciar uma troca de experiências e conhecimentos entre todas as professoras brasileiras de 10 grau" (Revista Nova Escola, 1986 apud Pereira, 2019).

ⁱⁱⁱ Ver Nova Escola (on-line), disponível em: <https://novaescola.gupy.io/>.

^{iv} Instituição de serviços financeiros, fundada em 2001, que trabalha com soluções financeiras e educação/informação financeira através de diversas empresas, como XP investimentos, XP Educação, Infomoney e Instituto XP.

^v A fim de demonstrar a relação entre as fundações empresariais para intervir na educação, no momento de produção da pesquisa, Marcella Coelho já não ocupava o cargo no Instituto XP, mas sim estava como diretora de Mobilização e Relações Institucionais no Todos Pela Educação.

^{vi} Para acessar toda a programação do curso, o material está disponível em: Disponível em: <https://novaescola.org.br/tudo-sobre/educacao-financeira-transforma/>.

^{vii} Os três professores que aparecem nos vídeos são: Aline Soares - Pedagoga pela UFMG e Mestre em Educação pela PUC-MG, atua como coordenadora pedagógica e como formadora de professores na educação básica; Elisa Greenhalgh Vilalta - Pedagoga pela UERJ, Licenciada em História pela UFRJ e pela Unesa, atua como professora de História na rede municipal de Maceió (AL); Fernando Barnabé - Licenciado em Matemática e Mestre em educação, ambos pela USP e atua como professor de Matemática, autor e editor de materiais didáticos e consultor pedagógico para implementação do Novo Ensino Médio.

^{viii} Doravante, todas as citações diretas nas seções subsequentes estão presentes no material exclusivo da Trilha Financeira, seja como conteúdo escrito ou de áudio, com acesso restrito, mediante inscrição. Quando as citações forem das leituras complementares, haverá indicação do acesso público.

^{ix} Sobre este aspecto, cabe lembrar a compreensão de que o senso comum de acordo com Antonio Gramsci pode ser definido como uma “concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais” (Gramsci, 2004, p.114), a qual se contrapõe ao senso crítico. Deste modo, encontram-se em constante diálogo e tensão, distintas referências que podem ser apreendidas sem maiores mediações por parte de um público mais amplo, dentre as quais determinados discursos produzidos pelos setores dominantes através dos aparelhos privados de hegemonia (Guimarães, 2023). Ou seja, nos planos de aulas propostos há, como bússola, algumas concepções não críticas que ecoam ideias e valores da classe dominante que tem a função de serem reprodutoras das condições de dominação vigentes. Logo, esse "senso comum" reforça e corrobora para a consolidação de componentes ideológicos importantes.

^x O índice FipeZap monitora os preços de imóveis residenciais e comerciais, possuindo abrangência nacional. Ele é calculado pela Fipe, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, a partir dos anúncios de venda e locação dos imóveis disponíveis nos portais ZAP (VivaReal e Zap Imóveis). Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/fipezap/>.

Sobre os autores

Pâmella Souza

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ). Bacharela em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Licenciada em Matemática pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Integrante do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX).

E-mail: pamellatmpsouza@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1542-3544>

Bruno Gawryszewski

Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Educação pelo PPGE-UFRJ. Integrante do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX).

E-mail: brunogawry@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7974-1711>.

Recebido em: 08/02/2025

Aceito para publicação em: 27/03/2025